

A LUTA PELO RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DO IMIGRANTE ITALIANO

DUARTE, Elaise Donini¹ (UFMT)
elaiseduarte@gmail.com

RESUMO: Este trabalho percorre a história do imigrante europeu no Brasil, mais especificamente o imigrante italiano, após a abolição da escravatura no país em 1888, a fim de entender de que forma se deu a luta pelo reconhecimento de sua identidade nesta nova pátria, sem a pretensão de esgotar o tema. Buscou-se analisar por meio da bibliografia consultada, se a cultura, língua e hábitos dos italianos eram reconhecidos, mais especificamente na cidade de São Paulo-SP, cenário onde ocorreu uma grande importação de “escravos brancos” para servir às lavouras de café e abordar de que forma essa resistência cultural pode se relacionar à busca pelo reconhecimento do visual/surdo na sociedade.

PALAVRAS-CHAVES: Imigração italiana. Identidade. Resistência cultural.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, quando nos deparamos com um imigrante italiano em solo brasileiro não há dúvida que tal sujeito possui uma identidade distinta da nacional, podemos chegar a esta conclusão observando sua língua, gestos, hábitos e vestimentas. Percebemos que os imigrantes para buscar maior conhecimento na língua portuguesa e para conseguir oportunidades de trabalho e socialização, nutrem interesses pelo contato e convívio com os brasileiros, no entanto é inegável que esse indivíduos se sentem mais confortáveis convivendo entre seus pares, por isso prezam pela manutenção dessa convivência. Essa identificação em relação à sua comunidade é maior, pois compartilham a mesma língua, os assuntos que lhes interessam, dentre outros aspectos (LEITE, 2008, p. 04).

É possível perceber que sua língua, seus hábitos e sua cultura em geral não são iguais a nossa, e que apesar de existir semelhanças, o reconhecimento de que o indivíduo possui uma identidade própria e que esta deve ser respeitada e preservada atualmente é facilmente defendida majoritariamente pelos brasileiros.

No entanto, a realidade de hoje não representa o comportamento dos que aqui receberam os italianos quando estes vieram em massa para o Brasil,

¹Discente do Curso de Letras-Libras na Universidade Federal de Mato Grosso e ítalo-brasileira.



juntamente com outros imigrantes europeus, após a abolição da escravatura em 1888.

Este trabalho busca abordar os fatores de atração dessa grande imigração, em que contexto os italianos foram recebidos e de que maneira sua identidade foi ou não reconhecida e respeitada nesta nova pátria.

Além disso, o presente artigo pretende explorar quais foram as formas utilizadas para a preservação da língua italiana, dos hábitos e a cultura italiana em geral. E de que maneira essa resistência cultural se relaciona com a luta de um reconhecimento para a identidade do sujeito visual/surdo.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Em relação à metodologia, a pesquisa envolve levantamento bibliográfico. Quanto aos fins, a pesquisa se enquadra como descritiva, pois a análise de dados ocorre através de documentos de acordo com Vergara (2000, p. 46).

Segundo Vergara (2000, p.47) a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica. A pesquisa é bibliográfica por utilizar teses, artigos, dissertações, livros e sites na internet para seu desenvolvimento e de campo pela utilização de questionários como formulários de coleta.

A fundamentação básica vem do livro “Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil”, do autor Angelo Trento, de 1989. Outro texto que orientou a produção deste trabalho foi texto “Memórias de um Colono no Brasil”, do autor Thomas Davatz, disponibilizado pela Universidade de Toronto.

3. DISCUSSÕES E RESULTADOS

A emigração em massa dos italianos para o Brasil foi um fenômeno mais significativo entre 1880 e 1904. Foram mais de 3.600.000 emigrantes, dos quais uma expressiva parcela correspondente a 57,4% era constituída



por italianos, em segundo lugar por portugueses, em terceiro por espanhóis e em quarto por alemães. O Brasil estava em 3º lugar da imigração italiana entre os anos 80 e a Primeira Guerra Mundial, depois dos Estados Unidos e da Argentina (TRENTO, 1989, p. 66). Os fatores que culminaram nessa expressiva imigração foram diferentes em cada região do Brasil.

Segundo Davatz (1850, p. 01) as regiões sulistas, dentre elas o Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina receberam o que ele chama de “verdadeiros colonos”, ou seja, imigrantes que eram trazidos para colonizar e aumentar demograficamente essas regiões. Estes colonos recebiam a posse da terra e passavam a viver como pequenos proprietários rurais. Dessa forma, pelo menos em teoria, eles viviam sob um regime de núcleo colonial, gozavam de favores especiais e não tinham ligação com o latifundiário brasileiro. Já a realidade do sudeste do Brasil, especificamente em São Paulo-SP, o autor apresenta que houve uma situação distinta:

Em São Paulo a imigração processou-se de maneira inteiramente diferente. Foi a repressão ao tráfico e o conseqüente encarecimento do escravo que estimularam a imigração. Não houve colonização, mas importação de braços. Não se procurou, no princípio, colonizar, mas substituir o braço escravo pelo imigrante (DAVATZ, 1850, p. 01).

Algumas tentativas de pôr em execução núcleos coloniais como o modelo da política sulista por parte do governo paulista não eram bem vistas pelos fazendeiros que detinham o poder político e encaravam como grande ameaça aos seus negócios esses desvios de braços de lavoura (DAVATZ, 1850, p. 02).

A partir da última década do século XIX, ao lado das práticas assistenciais de costumeiras assistências aos menos favorecidos, a preocupação constante da colônia italiana, era de recuperação da identidade nacional e defesa da cultura e da língua italianas (TRENTO, 1989, p. 159).

Porém boa parte dos projetos ficou no plano das intenções, isso porque não era interessante politicamente para as autoridades locais que os italianos e seus descendentes se reconhecessem enquanto unidade. Ainda segundo Trento, essas autoridades se mostravam muito renitentes em



exercerem pressões a fim de que os filhos dos imigrantes decidissem a favor do novo país. Como bem exemplifica essa passagem:

[...] nas escolas municipais do Rio de Janeiro se aconselhava os professores a não insistirem sobre o país em que se havia nascido para definir o conceito de pátria, em virtude do grande número de estudantes estrangeiros. (TRENTO, 1989, p. 196).

Trento relata que, pelo menos nos centros urbanos, o rápido processo de assimilação dos imigrantes ao Brasil não significava a perda automática da identidade nacional originária. Essa afirmação se baseia no exemplo de que quando Itália entrou na Guerra, a coletividade italiana se organizou em um comitê Pro Pátria e muitos partiram como voluntários. Também há registros de que famílias se reuniram para arrecadar auxílios e remeter remédios para a Europa. Em São Paulo, partiram 6.200 voluntários, dos quais 174 morreram em combate.

A naturalização, ou seja, a opção pela cidadania brasileira também não era comum entre os italianos no Brasil, entre maio de 1887 e abril de 1888, dos 879 estrangeiros que optaram pela cidadania brasileira, só 61 eram italianos (TRENTO, 1989, pg. 198). Todos esses dados demonstram o grande interesse que o italiano tinha em não abdicar sua nacionalidade e identidade.

Os imigrantes italianos conseguiram superar os primeiros duríssimos anos e estabelecer-se no território brasileiro, mas apesar de estabelecidos, ainda não eram reconhecidos e não recebiam incentivos para assumir sua identidade:

Por outro lado, notícias, usos e costumes, não digo do vasto território brasileiro, mas pelo menos das capitais dos estados em que os colonos viviam, não podiam ser transmitidos pelos conterrâneos ali estabelecidos e entregues a outras profissões. De fato, a característica essencial da emigração no sul do Brasil foi seu destino profissional praticamente unívoco: embora não faltassem indivíduos que, não tendo direito à terra, exerciam atividades artesanais, 95% se dedicavam à agricultura. (TRENTO, 1989, pg. 97).

Apesar de muitos imigrantes já possuírem profissão quando vieram da Itália, não era permitido a eles exercerem seu ofício. Isso porque a língua portuguesa era um entrave que os colocavam à margem dos trabalhos



intelectuais, com isso, seus potenciais não eram explorados e muitas vezes essas pessoas eram taxadas de incapazes e ociosas:

[...] pulula uma multidão de pessoas sem ofício, inválida, inadaptada ou ociosa, a qual assedia e até ameaça o Consulado, pedindo subsídios, repatriamentos e auxílios de toda espécie. Mas há ainda outra variedade desses emigrantes, que só veio para o Brasil por curiosidade ou por falta do que fazer, se não por motivos piores. Eles, que se dizem homens de letras, jornalistas, professores, não sabem ou não querem submeter-se aos trabalhos manuais dos quais poderiam tirar seu sustento. Nem se pode esperar que lá possam fazer uso de seus talentos, ignorantes que são da língua do país e, freqüentemente, também da própria (TRENTO, 1989, p. 196).

Fazendo um comparativo entre os imigrantes e a busca dos visuais pelo reconhecimento de sua língua e cultura, o autor Tarcísio de Arantes Leite sugere que as minorias imigrantes lutam para receber consideração e, desse modo, serem respeitadas em sua diferença, enquanto os surdos ainda lutam primeiramente para serem reconhecidos como diferentes:

Frente aos surdos, no entanto, o olhar discriminatório da sociedade majoritária assume uma perspectiva distinta. Não há, nem nunca houve, qualquer polêmica quanto ao fato de os surdos nascidos no Brasil serem considerados membros da nação brasileira, tal como qualquer outro cidadão ouvinte nascido aqui. Embora isso pareça constituir-se numa vantagem, o problema acarretado por tais circunstâncias não é menor: não somente a língua e cultura surdas carecem de um status igualitário frente à sociedade ouvinte; elas sequer são reconhecidas em sua diferença. (LEITE, 2008)

Em nossa sociedade, os estrangeiros por gerações buscaram reconhecimento de sua língua e cultura para poderem se posicionar na estrutura e alcançarem direitos, tais como profissões, educação bilíngue e respeito aos seus hábitos e costumes.

Da mesma forma, atualmente lutam os visuais ainda com poucos resultados, porém significativos quando comparados à exclusão social de anos atrás, e conhecer a história das outras minorias como os imigrantes italianos, pode contribuir para o entendimento do fenômeno que marginalizam os visuais na sociedade.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta análise sobre a imigração italiana em território brasileiro nos ajuda entender como são os entraves encontrados pelas minorias para serem reconhecidas enquanto diferentes e assim terem seu espaço na estrutura.

Foram necessárias várias gerações para que os imigrantes italianos tivessem sua cultura respeitada, pois eram tratados como incapazes, servindo apenas para trabalhos braçais análogos à escravidão. No mesmo sentido, podemos observar a comunidade visual/surda que até hoje se encontra marginalizada na mesma estrutura, percorrendo um caminho muito lento e árduo para a valorização e antes de tudo, para o reconhecimento de sua diferença.

Foi possível concluir a partir desta pesquisa que os imigrantes italianos não precisavam de políticas assistencialistas para conseguirem se estabelecer aqui e construir uma vida próspera para suas famílias, mas precisavam sim, principalmente de autonomia e respeito.

Este trabalho contribuiu para o alargamento da compreensão da luta pelo reconhecimento da identidade das minorias no Brasil, relatando dificuldades e entraves encontrados pelos imigrantes italianos em São Paulo. O mesmo é relevante, pois apresenta um comparativo com a luta do reconhecimento do sujeito visual nesta estrutura que desvaloriza e negligencia seus direitos.

REFERÊNCIAS

1. DAVATZ, T. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. São Paulo: Livraria Martins, 1941. In: University of Toronto Library. Disponível em: <http://scans.library.utoronto.ca/pdf/7/6/memriasdeumcol00dava/memriasdeumcol00dava.pdf>. Acesso em: 28 de ago. 2016.
2. LEITE, Tarcísio de Arantes. G. **Língua, Identidade e Educação de Surdos**. In: Ponto Urbe [Online], 2 | 2008, São Paulo, dez. 2008. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1912>>. Acesso em 28 de ago. 2016.
3. VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2000.



4. TRENTO, Ângelo. **Do Outro Lado do Atlântico: Um Século de Imigração Italiana no Brasil**. Instituto Italiano di Cultura di San Paolo - Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro. s.ed. São Paulo: Nobel, 1989.

